



# **Governo do Estado de Rondônia**

## **Superintendência Estadual de Compras e Licitações**

Comissão Especial de Licitação da Sede Administrativa da PGE – CELP

### **ANEXO V DO CONTRATO**

#### **SISTEMA DE PAGAMENTO (incluindo o tópico MECANISMOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO)**

### **ORGANIZAÇÃO**

**Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL**

Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL  
Av. Farquar, N° 2986 – Complexo Rio Madeira – Rio Pacaás Novos - CEP 76.903-036 Porto Velho/RO

Fone: 3212-9264

[www.rondonia.ro.gov.br/supel](http://www.rondonia.ro.gov.br/supel)



# Governo do Estado de Rondônia

## Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Comissão Especial de Licitação da Sede Administrativa da PGE – CELP

### SUMÁRIO

#### LISTA DE FIGURAS

1	INTRODUÇÃO	1
2	DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA	2
3	FLUXO DE PAGAMENTOS	3
4	CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO	4
5	MODELO DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL	6



# Governo do Estado de Rondônia

## Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Comissão Especial de Licitação da Sede Administrativa da PGE – CELP

### LISTA DE FIGURAS

FIGURA 3.1 – FLUXO DE PAGAMENTOS

3



## **1 INTRODUÇÃO**

O presente relatório tem como objetivo apresentar um modelo para o fluxo de pagamentos, a estrutura de composição da contraprestação, bem como definir uma regra de reequilíbrio contratual nos casos em que possam ocorrer situações inesperadas ou não previstas no CONTRATO, vindo a alterar o equilíbrio econômico-financeiro da relação. Tanto em uma situação como na outra, buscou-se atentar para a criação de mecanismos de governança que garantam a continuidade dos pagamentos e o estabelecimento de um critério claro e reconhecido entre os atores da transação que permita a revisão e ajuste do CONTRATO às condições originais pactuadas.

Este relatório será parte integrante do relatório do estudo econômico-financeiro consolidado.



## **Governo do Estado de Rondônia**

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Comissão Especial de Licitação da Sede Administrativa da PGE – CELP

### **2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA**

**[REF1]**Proposta PTC\_0145\_2021\_A;

**[REF2]** Contrato Nº272/PGE-PCC de 26/04/2021;

**[REF3]**Plano de Trabalho – EZUTE.10880.01.001/A;

**[REF4]**Relatório de Indicadores de Desempenho – EZUTE.10880.02.007/A.



### 3 FLUXO DE PAGAMENTOS

Para oferecer maior segurança ao projeto foi introduzido no modelo o agente fiduciário que será responsável pela administração das Contas Vinculada e Reserva. Ambos os dispositivos têm o intuito de garantir (i) a continuidade dos pagamentos e (ii) o recebimento por parte do parceiro privado da contraprestação avençada em CONTRATO. Evidente que, a depender da escolha da PGE-RO, é possível a utilização de um VERIFICADOR INDEPENDENTE (VI) para checar os serviços prestados e validar se o pagamento é devido (ou não) – etapa que antecede aos pagamentos propriamente ditos. Por este motivo, o papel daquele agente não será tratado neste capítulo/relatório.

Nesse sentido, foram introduzidos no modelo uma Conta Vinculada (*Escrow Account*) e uma Conta Reserva (CR), as quais devem ser administradas por uma agente fiduciário. A Figura a seguir ilustra como será o fluxo dos pagamentos, desde a: [1] ordem por parte da PGE-RO para composição da CR, ao [2] pagamento efetivo da Contraprestação (CP), passando pela conta vinculada, [3] pagamento da CP à SPE, [4] acesso da SPE à CR em caso de inadimplência, até a [5] administração da CR por parte do agente fiduciário no sentido de manter os fluxos de pagamento, bem como o nível da própria CR nos mesmos patamares iniciais.

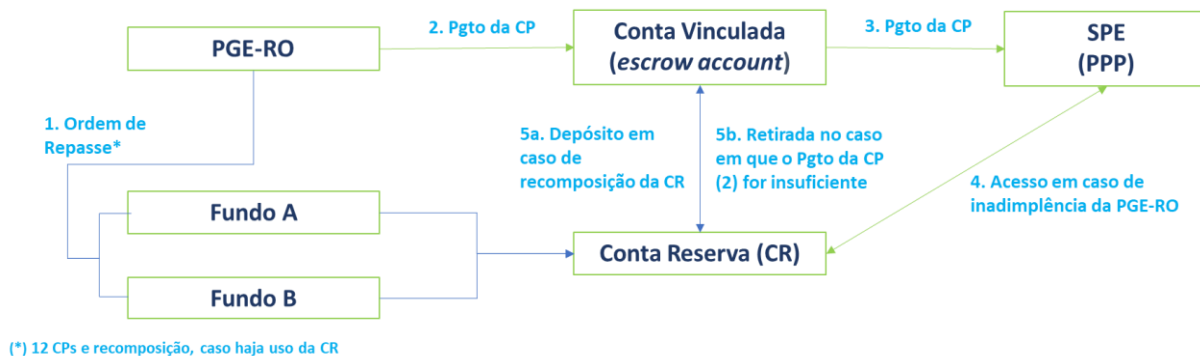


FIGURA 3.1 – FLUXO DE PAGAMENTOS



#### 4 CÁLCULO DA CONTRAPRESTAÇÃO

O modelo de cálculo da contraprestação que será repassada à CONCESSIONÁRIA está definido conforme a seguinte ponderação:

10% - Parcela Variável	▶	(10% x FDE x CPM)
90% - Parcela Fixa	▶	(90% x CPM)

onde:

- CPM – CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MÁXIMA. Corresponde ao valor mensal máximo a ser pago pelo PODER CONCEDENTE, para o desempenho da CONCESSIONÁRIA;
- FDE – Fator de Desempenho Operacional da CONCESSIONÁRIA;

Portanto, o cálculo da remuneração mensal a ser efetivamente pago pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, denominado CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA, será calculada pela seguinte **fórmula**:

$$CPm = CPMm \times 90\% + CPMm \times FDE \times 10\%$$

onde:

- CPm – Contraprestação Pública mensal a ser paga pelo PODER CONCEDENTE;
- CPMm – Contraprestação Pública Máxima mensal;
- FDE – Fator de Desempenho Operacional da CONCESSIONÁRIA;

A distribuição percentual entre percentual fixo (90%) e percentual variável (10%) justifica-se por 10% representar o típico do montante correspondente às taxas administrativas e margens brutas aplicadas sobre os custos dos serviços sob a responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, em relação ao valor total da Contraprestação.



## Governo do Estado de Rondônia

Superintendência Estadual de Compras e Licitações

Comissão Especial de Licitação da Sede Administrativa da PGE – CELP

O cálculo do FDE deverá ser feito semestralmente pela própria CONCESSIONÁRIA, segundo as medições obtidas no período e deverá constar no Relatório de Desempenho que será entregue pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE. O Relatório de Desempenho será elaborado conforme as diretrizes definidas no ANEXO III – RELATÓRIO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, anexo a este CONTRATO.

O Relatório de Desempenho e todas as informações nele contidas passarão, obrigatoriamente, por um processo de verificação a ser conduzido por uma terceira parte, chamada de VERIFICADOR INDEPENDENTE (VI). O VI será responsável por analisar os dados contidos no Relatório de Desempenho e compará-los às suas próprias medições dos processos avaliados. Ao final dessa verificação, o VI emitirá um parecer sobre as notas atribuídas a cada indicador, bem como ao FDE calculado, podendo este ser mantido conforme previsto no Relatório de Desempenho ou modificado segundo as medições do VI, todas elas devendo estar acompanhadas de justificativa técnica.

Considerando a complexidade da implantação, mobilização e início da fase operacional do CONTRATO (ETAPA DE MANUTENÇÃO E APOIO), faz-se necessário um prazo para adaptação das PARTES ao novo modelo operacional, que irá requerer ajustes até poder se alcançar um ritmo operacional equilibrado e alinhado.

Dada a necessidade de um período de adaptação e ajustes operacionais, devido à complexidade da implantação e início da fase operacional do CONTRATO (ETAPA DE MANUTENÇÃO E APOIO), é necessário o apontamento de um período de ajuste das expectativas de desempenho em relação à aplicação de penalizações e bonificações dos indicadores.

Para este CONTRATO, portanto, o período de ajuste de expectativas de desempenho deverá ser de 3 (três meses), contados a partir da data de início da ETAPA DE MANUTENÇÃO E APOIO.





## 5 MODELO DE REEQUILIBRIO CONTRATUAL

Em caso de inclusão de novos investimentos ou serviços a serem realizados pela CONCESSIONÁRIA no objeto da CONCESSÃO, causando desequilíbrio econômico-financeiro, a sua recomposição será feita através da elaboração de fluxo de caixa marginal, buscando modelar apenas as atividades de onde provém os desajustes, de maneira que seja nulo o valor presente líquido do fluxo a ser projetado. Assim, se manterão os critérios utilizados na modelagem original do projeto.

Para tanto, devem se considerar tanto os fluxos de dispêndios quanto os de receitas necessárias para a recomposição do equilíbrio no fluxo de caixa marginal. Quanto à taxa de desconto, deve-se calculá-la a partir da seguinte formulação:

$$x = [(1 + 3,67\%) * (1 + NTNB)] - 1$$

Onde:

*NTNB*: Taxa bruta real de juros de venda das Notas do Tesouro IPCA+ com juros semestrais (NTN-B) ou, na ausência deste, outro que o substitua, com vencimento em 2055 ou outro mais compatível com a data do termo contratual, ex-ante a dedução do imposto de renda, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, calculada pela média dos últimos 12 (doze) meses e apurada no início de cada ano contratual.

Na apuração da taxa bruta real de juros da NTNB, não deve ser considerado o componente de correção monetária atrelado à inflação (IPCA). Também, para fins de determinação dos fluxos de dispêndios marginais, serão utilizados critérios de mercado para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas resultantes do evento de desequilíbrio.

Assim, espera-se esclarecer os critérios utilizados na modelagem econômico-financeira para que sejam respeitados em eventual pleito de reequilíbrio de CONTRATODECONCESSÃO.